



Anais da Assembléia

Nº 056

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **JOSÉ TADEU LÚCIO MACHADO**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTE** no exercício do mandato de Deputado. (04/92)

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 41ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 11 DE MAIO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch Erondy Silvêrio, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Dalton Machuca, Albino Corazza, Costenaro Neto, Doutor Rosinha, Emília Belinati, Ernani Pudell, José Alves, Luiz Antônio Setti, Mário Bezerra, Neivo Beraldin e Severino Félix (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, à qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Ofícios:

OFICIO

Sob o nº ATCC 1679/92, do Senhor Deputado Caíto Quintana - Chefe da Casa Civil, em resposta ao Pedido de Informações do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, o qual foi solicitado ao Secretário de Estado da Cultura e Superintendente do Teatro Guaíra, sobre o Destino do Coral Sinfônico do Paraná. Ao Conhecimento do Senhor Deputado interessado.

OFICIO S/Nº

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para comunicar-lhe que nos dias 11, 12, 13 e 14/05/92 estarei ausente nas sessões plenárias, por estar em tratamento médico.

Sendo o que se apresenta, renovo a Vossa Excelência, protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) SEVERINO FELIX

OFICIO Nº 055/92

Senhor Presidente.

Venho através deste, comunicar a Vossa Excelência que, de acordo com o convite encaminhado a esta Presidência pela Organização Panamericana de Saúde devo me ausentar das Sessões, no período de 11 a 13 do corrente mês, para participar do Encontro Parlamentar sobre "Democracia e Saúde" que se realizará em Brasília-DF.

Em vista disto, solicito de Vossa Excelência as providências necessárias, para que se surtam os efeitos legais.

Certa da sua atenção, aproveito o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) EMÍLIA BELINATI

OFICIO Nº 417/92

Senhor Presidente.

Impossibilitado de estar presente na Assembléia Legislativa neste dia 11 de maio, dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa à minha falta.

Na certeza de poder contar com a atenção de Vossa Excelência, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) MARIO BEZERRA

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, ouvido o Plenário, que seja inscrito nos anais da sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do empresário Senhor Hamilcar Pizzatto, ocorrido nesta data, em Curitiba.

Hamilcar Pizzatto, pertencente a tradicional família paranaense, foi um dos líderes do mercado segurador brasileiro, tendo sido sucessivamente Diretor Presidente e Presidente do Conselho da Bamerindus Companhia de Seguros, Diretor e Presidente do Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização no Estado do Paraná.

Tendo começado a trabalhar na então

Atalaia Campanha de Seguros (hoje integrante do Grupo Bamerindus) em 1941, logo após se formar em Contabilidade, Hamilcar Pizzatto fez uma longa e produtiva carreira como especialista e executivo do ramo de seguros, até se aposentar em 1991, quando ocupava também funções de membro do Conselho de Administração do Banco Bamerindus do Brasil Sociedade Anônima.

Seus cinquenta anos de atividades como empresário valeram pela experiência acumulada e pela capacidade profissional e diretiva que sempre evidenciou, que o destacaram como um líder respeitado da categoria e um condutor experiente de homens e de organizações.

Para Hamilcar Pizzatto, "Adversidades e sucessos são fatores estimulantes para enriquecer nossa experiência".

Nascido como "praticante" após aprovação em concurso, na carreira de seguros a que dedicou sua experiência profissional, Hamilcar Pizzatto desaparece aos 70 anos de idade, deixando um imorredouro legado de seriedade, trabalho e otimismo, que registramos para os pôsteros nesta manifestação do Poder Legislativo paranaense.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO Nº 621

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais desta Sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Andarilho Troleis, ocorrido em 21 de abril passado, em Presidente Castelo Branco.

O extinto era lavrador e foi um dos pioneiros na região, tendo vindo do Estado de Minas Gerais, há 42 anos atrás, para desbravar e colonizar a região noroeste do Estado do Paraná.

Era casado com a Senhora Alzira Vicentini Troleis, tendo cinco filhos, dos quais destacamos Luiz Troleis, vereador no Município e Milton Troleis, que é ex-Vereador, sendo líder político da região e candidato a Prefeito da Cidade. Possuía, ainda, 25 netos e 6 bisnetos.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) BASÍLIO ZANUSSI

Apoio: Elio Rusch

REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, e ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Doutor Osmar Dias, pela inauguração do terminal ferroviário de desembarque de calcário no Município de União da Vitória.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

União da Vitória e toda a região recebeu ontem o Excelentíssimo Senhor Governador Roberto Requião, acompanhado do Doutor Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, bem como de outras autoridades para procederem a inauguração do terminal ferroviário de desembarque de calcário.

A obra faz parte de um complexo iniciado no Governo Alvaro Dias, continuado e concluído com o Governador Roberto Requião, cujo projeto prevê a implantação de cinco terminais ferroviários, sendo um de embarque e quatro de desembarque.

Com a operacionalização do terminal de desembarque, está prevista a redução de 30 a 40% nos custos de transportes de calcário.

O sistema integrado com as Cooperativas que entram adquirindo o produto, em grande escala, para ser distribuído aos produtores especialmente na época de demanda, cuja economia de custos vai ocorrer na seqüência da sistematização do trabalho.

O Paraná é o Estado que mais produz grãos no Brasil, o Estado Agrícola por vocação histórica privilegiado por sua potencialidade. O Paraná nunca havia se preocupado em fazer chegar tal benefício à sua própria gente, notadamente aos agricultores da região sul, que construíram a riqueza do Estado. Com o pioneirismo e o arrojo do Secretário Osmar Dias, nos Governos Alvaro Dias e Roberto Requião, União da Vitória e toda a região, recebeu a inauguração como o preito, a homenagem ao trabalho e ao amor à terra paranaense.

É importante que o Poder Legislativo Paranaense, deixe também consignado em seus anais, para a posteridade de nossa sociedade.

REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à INDÚSTRIA CERÂMICA DO PARANÁ S.A. (INCEPA), pela inauguração de sua mais nova Unidade Industrial na cidade de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Indústria Cerâmica do Paraná S.A.

(INCEPA), subsidiária da Holding Suíça Cera-
milk Ag. Laufen, respaldada por uma ex-
traordinária credibilidade junto a opinião
pública, merece e deve receber este regis-
tro da Assembléia Legislativa do Estado do
Paraná, pela inauguração de sua mais nova
unidade industrial na cidade de São Mateus
do Sul.

A INCEPA representa o verdadeiro espí-
rito de pioneirismo com suas indústrias
produtoras de Campo Largo no Paraná e em
Jundiaí, em São Paulo, e agora, em São Ma-
teus do Sul, trabalhando sempre para a
grande penetração conquistada ao longo dos
40 anos de atividade no Brasil, transfor-
mando-se no que é hoje, uma das maiores
empresas do ramo, plantando agora mais uma
semente a germinar confiança no amanhã,
inclusive com previsão para aplicar 36 mi-
lhões de dólares no desenvolvimento de no-
vos produtos, na tecnologia e na ampliação
de sua capacidade produtiva, incluindo
nessa perspectiva a colocação, em opera-
ção, de mais um forno industrial, amplian-
do a capacidade da unidade de São Mateus
do Sul.

É salutar ver a disposição da empresa
ampliando e diversificando sua produção,
atraindo mão-de-obra que certamente pro-
porcionarão, para a região de São Mateus do
Sul, novos empreendimentos.

Portanto, deve a Assembléia Legislati-
va do Estado do Paraná, associar-se ao jû-
bilo de mais uma unidade da INCEPA.

REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente.

O Deputado João Arruda que a presente
subscreve, no uso de suas atribuições re-
gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário,
voto de congratulações pelo transcurso do
ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA DO MU-
NICÍPIO DE PRANCHITA, neste 11 de maio.

Requer-se, mais, que do ato sejam
cientificados os Poderes Executivo e Le-
gislativo da Municipalidade.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

JUSTIFICATIVA:

Desmembrado de Santo Antônio do Su-
doeste e Pérola do Oeste, o Município de
Pranchita teve que vencer sérios obstácu-
los para alcançar sua emancipação.

Sendo distrito de magníficos índices
de produção e relevante participação na
economia de Santo Antônio do Sudoeste, seu
desmembramento não era aceito passivamente
pelas forças políticas locais que não de-
monstravam disposição para permitir que
fosse quebrada a unidade social do povo de
Pranchita, sua disposição de vencer as di-
ficuldades onde quer que se apresentassem
e sua confiança inabalável na conquista do
objetivo, venceram e permitiram que, afi-
nal, esta Assembléia Legislativa aprecias-

se o processo e atendessem aos argumentos
do então Deputado Túlio Zanchet - autor do
projeto de emancipação. Associamos o Poder
Legislativo na homenagem merecida pelo po-
vo de Pranchita, que esperamos possa se
traduzir pela unanimidade dos ilustres Pa-
res desta Casa de Leis.

REQUERIMENTO Nº 624

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso
de suas atribuições regimentais, vem a
presença de Vossa Excelência REQUERER que,
após ouvido o Plenário, seja designado o
dia 05 de junho, próximo vindouro, as
15:00 horas, para realização de SESSÃO SO-
LENE para entrega do título de Cidadão Be-
nemérito do Paraná ao DOUTOR JOSÉ MARIA DE
ARAUJO PERPETUO, outorgado através da Lei
9929, de 16 de abril de 1992.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve,
no uso de suas atribuições regimentais,
REQUER, após ouvido o douto Plenário, o
envio de expediente ao Ministro de Estado
da Agricultura, visando a liberação de
verbas para a compra do milho e demais
safras de verão, bem como para o financia-
mento do plantio do trigo.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A agropecuária brasileira encontra-se
em situação de S.O.S. urgente, mesmo tendo
aumentado a produção e a produtividade.
Ela perdeu, nestes últimos 10 (dez) anos,
48,2% da renda.

A execução da política rural atual es-
tá atrasada. Os recursos para a comercia-
lização da safra de verão estão tardios e
insuficientes. Até o final de abril, ape-
nas 12,49% do total necessário foram colo-
cados à disposição dos produtores.

Por outro lado, o período de plantio
do trigo, no Paraná, está vencendo e os
recursos de custeio ainda não foram aloca-
dos. As indenizações de PROAGRO pendentes
somam quase 20.000 (vinte mil) processos e
os preços de comercialização sequer atin-
gem o preço mínimo de garantia.

Diante deste contexto angustiante em
que vivem os produtores agropecuários, as
lideranças rurais dos três Estados do Sul
do Brasil reuniram-se em Assembléia, que
culminou com a elaboração das estratégias
de ação, dentre as quais, o nosso apoio
(APOIO PARLAMENTAR), para as soluções dos
problemas do meio rural.

Assim sendo, por ser justa a nossa
reivindicação, finalizamos solicitando o
apoio dos nobres Pares ao presente

Requerimento.

REQUERIMENTO N° 617

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de expediente a Senhora ROSANGELA DE ASSUNÇÃO OLIVEIRA, pelo falecimento de seu esposo Senhor EVANDIR JOSE DE OLIVEIRA, ocorrido no dia 11 do corrente mês, na Cidade de Nova Londrina, neste Estado.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) ARLINDO TROIAN

JUSTIFICATIVA:

EVANDIR JOSE DE OLIVEIRA, conhecido carinhosamente por seus amigos como Renatão, nasceu na Cidade de Nova Londrina, onde exercia a atividade comercial, faleceu aos 28 anos de idade, deixando viúva a Senhora Rosângela de Assunção Oliveira; e o filho Renato Antenor Assunção de Oliveira. EVANDIR era filho de pioneiros daquela cidade, e muito respeitado tanto por suas atitudes pessoais como em suas atividades profissionais, sempre conquistando novos amigos e a sua morte deixa uma grande saudade, não somente no seio de sua família, mas também entre os muitos amigos que o admiravam.

REQUERIMENTO N° 615

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas perspectivas regimentais, REQUER, envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes do Paraná, Mário Pereira, solicitando a implantação de calçamentos com pedras irregulares nas estradas rurais de Dois Vizinhos a Salto do Lontra, Dois Vizinhos a Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos a Verê, conforme ofício anexo, solicitação esta já encaminhada pela Câmara Municipal de Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

As dificuldades de escoamento da produção, somada à inexistência de uma política agrícola que favoreça os trabalhadores rurais, são fatores que favorecem o êxodo rural e falências de agricultores. O atendimento desta solicitação vem a resolver parte dos problemas enfrentados por quem produz alimentos à população.

REQUERIMENTO N° 620

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, após ouvido o soberano Plenário, REQUER o envio de expediente oficial ao Excelentíssimo Senhor Desembarga-

dor LUIZ RENATO PEDROSO, digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, solicitando estudos do órgão competente da egrégia Corte de Justiça Estadual, no sentido de ser criada a Comarca de Marmeleiro, englobando ainda os municípios de Renascença e Flor da Serra do Sul, este a ser implantado com a próxima eleição municipal.

Esta é uma antiga reivindicação de toda a pujante região sudoeste do Estado, pois irá agilizar as ações da Justiça em todos os municípios envolvidos, não apenas naqueles beneficiados diretamente com a nova Comarca, mas também nós que tiverem seu trabalho diminuído em função da divisão, uma vez que encontram-se sobrecarregados de serviços.

Além do mais, a criação da referida Comarca é um prêmio a toda uma população pujante, trabalhadora, composta basicamente de pequenos e médios produtores rurais, que encontram severa dificuldade para se deslocar muitos quilômetros, como faz atualmente, na busca da tutela da Justiça.

Este pleito, inclusive, já foi encaminhado anteriormente, porém continua sempre fortalecido e agora ainda mais atual com a criação do município de Flor da Serra do Sul.

Como esta medida atende as mais altas aspirações da população, apelamos aos demais Pares pela aprovação do presente requerimento, confiando plenamente no atendimento por parte do Poder Judiciário que está sempre atento aos problemas dos paranaenses.

Sala das Sessões, em 11.05.92.

(a) JOÃO ARRUDA

REQUERIMENTO N° 622

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, envio de expediente ao Senhor Sidnei Possuelo, Presidente da FUNAI, e, que seja dado conhecimento do mesmo ao Senhor João Pacheco Oliveira (Museu Nacional-RJ) e à Associação Brasileira de Antropologia, solicitando a manutenção no organograma da FUNAI da Divisão de Assuntos Fundiários e Patrimônio Indígena na Superintendência Executiva Regional da 1ª Região.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) DOUTOR ROSINHA

CLEITON KIELSE

PAULO MAIA

CEZAR SILVESTRI

JUSTIFICATIVA:

Nós entendemos que a extinção de qualquer órgão deve ocorrer após a mesma ter cumprido a sua função. A Divisão de Assuntos Fundiários e Patrimônio Indígena da

Superintendência Executiva Regional da
1. Região ainda não a cumpriu e, muito
ainda há por fazer:

1. ESTADO DO PARANÁ:

No Estado do Paraná existem atualmente
17 áreas indígenas com aproximadamente
82.000 ha. Desse total de áreas, cerca de
88,23%, demarcadas; sendo:

- 41,17% com ações na Justiça Federal, por
intrusão, reintegração de posse, etc.

- 35,29% tiveram seus territórios reduzi-
dos por força do acordo firmado em 1949
entre Governo Estadual e o Ministério da
Agricultura (SPI). Iniciado entendimento
com o Governo Estadual para resgatar esses
territórios, com a recuperação dessas ter-
ras ou por meio de aplicação de projetos
de auto-sustentação em saúde, agricultura
e educação.

- 11,76% encontram-se identificadas e
aguardam processo demarcatório.

2. ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

No Estado do Rio de Janeiro existem 2
(duas) terras que perfazem, junto, aproxi-
madamente 760 ha. Desse total de áreas,
50% encontram-se aguardando processo de-
marcatório e 50%, com demarcação paralisa-
da.

3. ESTADO DE SÃO PAULO:

No Estado de São Paulo existem 11 ter-
ras indígenas, com aproximadamente 9.414
ha. Desse total de áreas, 72,73% encon-
tram-se demarcadas e 27,27%, aguardando
processo demarcatório que se encontra em
poder da FUNAI/BSB.

4. ESTADO DE SANTA CATARINA:

No Estado de Santa Catarina existem 07
terras indígenas. Desse total de áreas,
42,85% foram demarcadas, 14,30% foram
identificadas e 42,85% são áreas passíveis
de identificação.

5. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL:

No Estado do Rio Grande do Sul existem
21 terras indígenas. Desse total, 23,08%
encontram-se demarcadas, 28,57% encontram-
se identificadas, aguardando processo de-
marcatório, e 47,61% são áreas passíveis
de identificação.

Dentre todas as terras indígenas do
Rio Grande do Sul, 38,09% tiveram suas
áreas reduzidas, ou até mesmo foram extin-
tas, como é o caso de Toldo Serrinha, Ven-
tarra e Monte Caseiros, sendo que já se
iniciaram os trabalhos de recuperação jun-
to ao Governo Estadual.

Para maior rapidez na solução destes
problemas é que solicitamos que a FUNAI
reveja a sua decisão e mantenha a Divisão
de Assuntos Fundiários e Patrimônio Indí-
gena.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 123/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Concede o Título de Cidadã
Honrária do Paraná, a Senhora GILDA POLI
Rocha Loures.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na
data de sua publicação, revogado às dispo-
sições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

O presente plano de Lei tem objetivo
de prestar justa homenagem à ilustre Se-
nhora:

- GILDA POLI ROCHA LOURES.

1. FORMAÇÃO ESCOLAR:

Superior:

1974 - Licenciatura em História.

1976 - Pós-Graduação - Especialização
em Antropologia Cultural.

1977 - Licenciatura em Pedagogia - Ha-
bilitações em Administração e Supervisão
Escolar.

2. ATIVIDADES PROFISSIONAIS:

1982 - Diretora da Fundação Faculdade
Estadual de Filosofia, Ciências e Letras
de Cornélio Procopio;

1983 a 1987 - Secretária de Estado da
Educação, Paraná, de Março de 1983 a Março
de 1987;

1984 - Depoimento Comissão Educação no
Senado Federal, sobre Rumos da Educação no
Paraná;

1986 - Representante de Secretários da
Educação na Comissão Educação e Consti-
tuinte;

1987 - Defende, como representante,
Princípios do CONSED (Secretários de Edu-
cação do Brasil) na Comissão de Educação
para Elaboração da Constituição;

1987 a 1989 - Diretora Geral do Depar-
tamento de Imprensa Oficial do Estado do
Paraná;

1989 a 1991 - Secretária do Estado da
Educação, Paraná, de Janeiro de 1989 a
Março de 1991;

1989 - Eleita Presidente do Conselho
de Secretários de Educação do Brasil;

1989 - Integra Comissão Alto Nível pa-
ra elaboração de subsídios para Plano Na-
cional de Educação;

1991 - Atual Secretária de Estado da
Cultura, Paraná.

3. VIAGENS AO EXTERIOR:

Agosto de 1986 - Alemanha;

Novembro de 1986 - Estados Unidos da
América;

Janeiro de 1987 - Israel;

Janeiro de 1987 - Portugal;

Setembro de 1989 - Alemanha;

Novembro de 1989 - Japão;

Novembro de 1991 - México.

4. TÍTULOS DE CIDADANIA:

Cidadã Procopense;
Cidadã Rio Negrense;
Cidadã Cambaraense.

PROJETO DE LEI Nº 124/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a isentar em 50% dos valores das tarifas de água e energia elétrica, as entidades que comprovadamente prestam serviços de filantropia e assistência social.

Parágrafo Único - O Chefe do Poder Executivo, no prazo de 60 dias após a publicação desta Lei, estabelecerá os critérios para a comprovação a que se refere o "caput" deste artigo.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

A profunda crise econômica e social em que o País está mergulhado, a população depauperada em seus direitos básicos, os baixos salários, o estado de miserabilidade em que se encontra a maioria da nossa população, leva-nos a reflexão. Muito embora o Paraná seja um Estado tido como uma ilha, pelo seu desenvolvimento na produção industrial e principalmente agrícola, o povo paranaense continua sendo deixado à margem de toda esta riqueza.

As entidades de caráter filantrópico e de assistência social, fazem a parte que constitucionalmente o Estado deveria fazer e encontram-se em dificuldades financeiras, haja vista o grande número de pessoas a serem atendidas e os constantes e abusivos aumentos das tarifas públicas.

Desta reflexão, concluímos que nada mais justo que as entidades que comprovarem a atuação em filantropia e assistência social, sejam beneficiadas através da medida ora proposta.

Assim sendo, solicitamos o apoio dos nobres Pares com assento nesta colenda Casa de Leis ao presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 125/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - O artigo 2º da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo primeiro,

são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, hortos florestais, áreas de reservas indígenas, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada".

Art. 2º - Inclui-se no artigo quinto, da Lei Complementar nº 59, de 1º de outubro de 1991, parágrafo único, com a seguinte redação:

"Parágrafo Único: Os municípios que forem beneficiados por esta Lei Complementar por abrigarem áreas de reservas indígenas, repassarão, integralmente, o "quantum" correspondente, à Associação Comunitária ou Conselho Indígena, legalmente constituídos, que representem a reserva. Esta instituição procederá à utilização dos recursos de acordo com prévio plano anual de aplicação, com posterior prestação de contas, nos prazos e na forma da lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.92

(a) CEZAR SILVESTRI

Apoio: Emília Belinati, Doutor Rosinha, Rafael Greca de Macedo, Colombino Grassano, Plauto Miró Guimarães, Cleiton Kielse, Paulo Maia e Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

A questão indígena é responsabilidade de toda a sociedade brasileira, conforme a Lei nº 6001, de 19/12/73, que dispõe sobre o estatuto do índio, atribuindo à União, Estados e Municípios, assim como a todos os segmentos da sociedade, a proteção das comunidades indígenas e a preservação de seus direitos.

A sociedade indígena é a mais antiga em nossa Nação, pois desde que aqui aportaram os portugueses, já encontraram essa comunidade formada, com idiomas, tradições, crenças e sistemas de governo próprios, forjados ao longo de milênios.

Entretanto, a expansão colonialista foi tomando conta de todo o País, colocando os índios em áreas onde não foram criados, deixando-os em situação de extrema miserabilidade, sem atendimento de suas necessidades, principalmente as básicas, como educação e saúde.

O Estado do Paraná abriga atualmente 16 reservas reconhecidas que embora sejam de propriedade da União, são os municípios que as abrigam, os responsáveis pela sua precária manutenção.

Assim, o que se pretende, é deixar claro no texto da Lei Complementar 59/91, a extensão de seus benefícios aos municípios que abrigam áreas de reservas indígenas, embora esteja implícito quando se refere a áreas de relevante interesse de

leis ou decretos federais.

Outrossim, o acréscimo do parágrafo único ao artigo 5º da referida Lei, estabelece que aqueles municípios que abrigam áreas indígenas, que forem contemplados com parte do ICMS estadual por esse motivo, repassem integralmente esses recursos à reserva, mediante prévio plano de aplicação anual e posterior prestação de contas na forma da lei.

Esta é a forma de se garantir que os recursos sejam realmente aplicados com a comunidade indígena, melhorando assim, suas condições de vida, como saúde e educação, entre tantas outras necessidades daquele povo.

LEI COMPLEMENTAR Nº 59

Data: 01 de Outubro de 1991.

Súmula: Dispõe sobre a repartição de 5% do ICMS, a que alude o art. 2º da Lei nº 9.491/90, aos municípios com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, assim como adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

Decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São contemplados na presente lei, municípios que abriguem em seu território unidades de conservação ambiental, ou que sejam diretamente influenciados por elas, ou aqueles com mananciais de abastecimento público.

Art. 2º - As unidades de conservação ambiental, a que alude o artigo primeiro são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, área de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada.

Parágrafo Único - As prefeituras deverão cadastrar as unidades de conservação ambiental municipal junto à entidade estadual responsável pelo gerenciamento de recursos hídricos e meio ambiente.

Art. 3º - Os municípios contemplados na presente lei pelo critério de mananciais, são aqueles que abrigam em seu território parte ou o todo de bacias hidrográficas de mananciais de abastecimento público para municípios vizinhos.

Art. 4º - A repartição de cinco por cento (5%) do ICMS a que alude o artigo 2º da Lei Estadual nº 9.491, de 21 de dezembro de 1990, será feita da seguinte maneira:

- cinquenta por cento (50%) para municípios com mananciais de abastecimento;

- cinquenta por cento (50%) para municípios com unidades de conservação ambiental.

Parágrafo Único - No caso de municípios com sobreposição de áreas com mananciais de abastecimento e unidades de conservação ambiental, será considerado o critério de maior compensação financeira.

Art. 5º - Os critérios técnicos de alocação dos recursos serão definidos pela entidade estadual responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente, através de Decreto do Poder Executivo, em até sessenta (60) dias após a vigência da presente lei.

Art. 6º - Os percentuais relativos a cada município serão anualmente calculados pela entidade responsável pelo gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente e divulgados de Portaria publicada em Diário Oficial e informados à Secretaria de Finanças para sua implantação.

Art. 7º - Fica alterado de oitenta por cento (80%) para setenta por cento (70%) o artigo 1º, inciso I, da Lei Estadual nº 9.491, de 21/12/1990.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio do Governo em Curitiba, em 01 de outubro de 1991.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

HERON ARZUA

Secretário de Estado da Fazenda

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado João Preis.

O SR. JOÃO PREIS - (Passa a ler fotocópia em anexo.

ANIVERSARIO DE MARINGÁ

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A História é feita de momentos e vivências, fruto do pensamento e iniciativas do homem.

Ele vem transformando e construindo o mundo em que vivemos. E todos nós somos parte integrante desse processo permanente. Por isso desfrutamos de tantas belezas, conforto, benefícios e qualidade de vida, consequência do progresso, sempre em marcha.

Senhor Presidente, assumo a tribuna desta Casa do Povo para destacar um momento significativo da História de nosso Estado: a Fundação de Maringá, que no dia 10 de maio de 1992 completou 45 anos de existência. E vale notar, não é a data de fundação da cidade, como município, mas ape-

nas o início de seu existir como distrito de Mandaguari. Maringá, resultado promissor do trabalho da Companhia Melhoramentos de Terras Norte do Paraná, fundada em 10 de maio de 1947, quatro anos depois, já em 14 de dezembro de 1951 foi elevada à categoria de Município, numa trajetória relâmpago, como rápidas e gigantescas foram as ações de seu crescimento e progresso.

Senhores Deputados, muitos aqui são colegas do norte, noroeste e sudoeste do Estado, onde há 50 anos existia a floresta exuberante, numa terra fértil, denominada de roxa. E para a nossa região chegavam as caravanas de pioneiros, procedentes de muitos Estados e até Países, organizadas pela Companhia Melhoramentos de Terras.

A floresta deu lugar aos cafezais e aos núcleos populacionais, com algumas cidades bem planejadas. E nesse embalo febril dos pioneiros, no afã de construir riquezas e plantar o progresso, surge a cidade de Maringá, oriunda da famosa Canção "Maringá-Maringá" de Joubert de Carvalho, que todos cantavam com o coração saudos, peito forte e ritmo esperançoso.

Maringá, planejada com muita sabedoria pelo urbanista Jorge de Macedo Vieira, é uma cidade em constante crescimento ordenado, não prejudicando seu belo e exemplar traçado. A par de seu notável planejamento urbanístico, merecem destaque especial sua arborização nas praças, avenidas e ruas e os bosques e áreas verdes, que são verdadeiros pulmões verdes da cidade.

Situada no norte do Estado, numa altitude de 555 metros, com um clima subtropical, bom para a saúde, caracterizado por chuvas de verão e inverno seco, Maringá dista de Curitiba apenas 420 quilômetros.

A diversificação da produção agrícola local e regional é responsável pelas condições básicas para o seu desenvolvimento industrial, de serviços e pecuária, o que lhe valeu ser reconhecida como uma das cidades mais progressistas e importantes do Brasil, sendo a 3.^a do nosso Estado.

Tanto é que na última década, Maringá e Foz do Iguaçu, foram as cidades que mais cresceram, percentualmente, em população e no desenvolvimento em geral, aprimorando distintamente a qualidade de vida de sua gente.

Nela habitam brasileiros de todos os Estados e imigrantes de muitas nações, todos orgulhosos de serem maringaenses de coração e adoção.

A vocação histórica e a situação geográfica de Maringá destinaram-lhe a incumbência de Pólo Regional de uma vasta e promissora área do Paraná, sobretudo o Noroeste pelos fatores geográficos, econômicos e sociológicos.

De Maringá espalham-se as comunicações

para Curitiba, litoral e sul do País. Partem também para o sudoeste, Foz do Iguaçu Paraguai e Argentina. Partindo para Londrina, atinge-se São Paulo e a região leste do Brasil. E pelo noroeste, Maringá liga-se com Mato Grosso do Sul e todo o centro-oeste, atingindo mesmo o norte do País. Sua posição é privilegiada pela localização quanto pelas condições de meios de comunicação: estradas de rodagem federais e estaduais, estrada de ferro, com as perspectivas de alcançar Guaíra e outro ramal saindo de Maringá a Paranavaí e Dourados.

Com isso, ganha o Paraná pela circulação de produtos naturais e industrializados, além de animar o comércio e gerar riquezas para sua gente.

Mas não é só. Maringá possui bom movimento aéreo, com perspectivas de novo aeroporto, mais progresso e benefícios trará ao Estado e ao País. No setor de comunicação social, Maringá é servida por 5 emissoras de Televisão e 7 estações de Rádio, 2 Jornais diários, com o nascimento de mais um, além de revistas e periódicos, sem falar nos excelentes serviços de Telefonia, Telex e Fax.

Por essas e outras razões, a área metropolitana de Maringá cresce e se forma como polo produtor e gerador de empregos, serviços e riquezas, com ressonância a longa distância.

Maringá irradia formação por sua Universidade, Escolas Primárias, Médias e Superiores, bem como pelas Escolas Profissionalizantes. Na área de saúde cresce sempre mais o atendimento satisfatório por hospitais e postos.

Da mesma forma, relevante é o progresso no setor de lazer, turismo e esporte da cidade que capitaneia a região noroeste, com seus estádios, ginásios cobertos, canchas, clubes, teatros, bibliotecas, praças e arborização em geral, tornando-a conhecida aqui e fora como Cidade Canção, Coração Verde do Brasil.

Contudo, hoje Maringá se projeta como a cidade de indústrias de transformação, em número expressivo, dada o crescimento nestes 10 anos; merecem destaque das fiações de algodão e seda e frigoríficos. Por isso seu comércio é vigoroso, sendo a cidade o maior centro atacadista, depois de São Paulo.

E no futuro teremos indústrias de sucos de laranja, com o vertiginoso ritmo na plantação de citros.

Mas, não se pode esquecer o surgimento de vários fatores seguros e fortes de produção rendosa, como a fruticultura regional, criação de pequenos, médios e grandes animais em granjas e sítios modelares, a piscicultura, os cinturões verdes e as estufas, além do café irrigado e no siste-

ma adensado, como também as leiterias e o aprimoramento genético de raças e espécies, sem falar nos produtos conhecidos, como seja, soja, trigo, milho, algodão, feijão, amendoim e outros.

Na verdade, Maringá nasceu com a sina para a grandeza e caminha segura na rota do progresso verdadeiro, como pólo de irradiação de bens para a melhoria constante da qualidade de vida de sua gente e de tantos outros irmãos nossos que residem nos mais diferentes rincões do Estado e da Pátria.

Senhores Deputados, o Paraná e o Brasil são mais felizes porque existe Maringá.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Ainda no Pequeno Expediente, Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente e Senhores Deputados, fazendo parte da comissão que tratou da questão indígena no Estado do Paraná, juntamente com os Deputados Florisvaldo Fier, Cleiton Crisóstomo e Cezar Silvestri, nós estamos apresentando à Casa requerimento onde objetivamos o envio de expediente ao Senhor Sidney Possuelo, Presidente da FUNAI, solicitando a manutenção no organograma da Divisão de Assuntos Fundiários e Patrimônio Indígena.

O que pretendemos com isso? Garantir que, até que se dê a legalização fundiária das terras indígenas no Estado do Paraná, tenhamos uma solução do referido órgão que é o responsável por tal situação, visto que é uma proposta do Governo Federal a extinção desse órgão, deixando os índios do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul em situação pior ainda do que se encontra. Então, nós estamos, neste momento apresentando à Casa requerimento no sentido de manutenção ao Presidente para que mantenha essa associação, para que mantenha esse órgão público até que se dê a definição das terras indígenas no Paraná.

E hoje estamos também ocupando a Tribuna para destacar, como temos feito inclusive com referência a outros diários do Estado do Paraná, a seriedade com que o JORNAL DO ESTADO, em sua edição de sexta-feira, 08 de maio de 1992, estampa ao Paraná a seguinte manchete: "CAMINHÃO TOMBA; MATANDO DEZ E FERINDO CINQUENTA BOIAS-FRIAS".

Senhor Presidente e Senhores Deputados, é mais um fato lamentável, é mais um fato grave, é mais um fato que envolve vidas humanas pelo tratamento desumano que hoje se tem com o trabalhador volante deste Estado. Lembro-me bem que ainda no final do Governo Alvaro Dias o mesmo baixou decreto não permitindo que os bóias-frias

Curitiba, segunda, em 11.05.92

fossem transportados sem as mínimas garantias, em caminhões que apresentassem bancos, algum setor a mais de segurança, como também em ônibus. E, lamentavelmente, por algumas manifestações dentro desta Casa o ano passado, foi requerido também a S.Exa. o Governador Roberto Requião que não executasse os proprietários de fazendas que estavam transportando ainda daquela forma o trabalhador bóia-fria devido a exiguidade de tempo para a execução e para atender o que previa o referido decreto.

Lamentavelmente, passa-se mais um ano e nós vemos que nada foi feito e a imprensa do Paraná está cobrando com certeza dos órgãos competentes do Estado e desta Casa uma definição a respeito desta questão. São bóias-frias, antes disso são seres humanos que merecem um tratamento digno porque são trabalhadores, são eleitores, são pais de família que estão sendo transportados nestas condições subumanas. E nós temos aqui que destacar este caso ocorrido no dia oito somando-nos a outros acontecimentos, inclusive na nossa região, no Vale do Ivaí. Em Ivaiporã, recentemente aconteceu acidente semelhante por esta prática lamentável, desrespeitosa referente ao trabalhador volante do Estado do Paraná, caracterizado como o trabalhador bóia-fria. E os casos vêm se acentuando e este mesmo jornal destaca, inclusive com uma fotografia, em sua página 8A do mesmo dia, a contradição desses que dizem não ter condição de transportar de uma forma mais digna esses seres humanos e apresenta ali um ônibus descarregando vacas, mostrando que neste País o tratamento ao trabalhador, o respeito ao ser humano é mais importante do que o respeito ao animal irracional. Mostra este mesmo periódico que as vacas são transportadas de forma digna, dentro de um ônibus que apresenta segurança, porque são vacas de raça, são vacas que vão fazer com que se melhore o plantel bovino deste Estado.

Isto é lamentável. Enquanto as vacas merecem o tratamento como seres irracionais, esses mesmos exploradores se esquecem que no dia-a-dia, nas madrugadas do Paraná o ser humano não recebe o tratamento mínimo sequer semelhante ao tratamento como esse onde se dá prioridade às vacas e não se dá prioridade ao ser humano, aquele que produz no seu dia-a-dia.

Com certeza nós estamos aqui nos somando à preocupação do Jornal do Estado, assim como de outros jornais deste Estado, que com certeza não estão cobrando apenas do Poder Executivo uma ação mais efetiva de respeito aos bóias-frias, mas estão cobrando também do Poder Legislativo uma forma mais atuante para que juntos tenhamos que coibir esta prática no Paraná e com certeza esta preocupação deve estar

ecoando também a nível de Poder Executivo, com certeza os Deputados que dão sustentação ao governo nesta Casa já devem ter levado a S.Exa. o Governador Requião estes casos que vêm se acentuando a cada instante. Só neste ano, já temos um número expressivo de mortes pelo desrespeito, pela falta de segurança ou por uma atuação mais efetiva em termos do transporte dos trabalhadores, seres humanos, chamados bóias-frias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados esta Casa deve requerer imediatamente ao Governo do Estado uma ação mais efetiva para que se coíba essa prática criminosa e desrespeitosa em relação ao ser humano que é o transporte dos trabalhadores bóias-frias sem nenhuma segurança nas estradas do Paraná manchando as suas terras com quem dá de si para manutenção da sua família e para o enriquecimento deste Estado.

Fica aqui feito o nosso registro e o protesto por essa prática desumana. Aqueles que dizem não ter condições de comprar ônibus, para transportar de forma digna o bóia-fria, estão comprando ônibus para transportar vacas, como se estas fossem muito mais importantes do que a vida de um pai, de uma mãe de família ou de um ser humano que tem que trabalhar pela sua manutenção no dia-a-dia.

Parabéns ao Jornal do Estado. Parabéns aos órgãos de imprensa do Paraná que estão alertando as autoridades quanto a este desrespeito, quanto a esta imoralidade que se acentua em nosso Estado e pouco ou quase nada se faz para resolvê-la.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Algaci Túlio) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente e

Srs. Deputados, assisti dia desses, num dos cinemas da cidade, a um filme com os artistas: Richard Kevin e Kim Bessinger, chamado "Desejo". Neste filme havia um diálogo da mulher com o psiquiatra e ele perguntava a ela: Você é casada? Não. Eu divido um apartamento com um conhecido. Mas por que é que você então não se separa dele? "Ela diz: Não é fácil se livrar de um gangster. Mas o que é que ele faz? Ele constrói casas populares. E arrematou: Nada mais corrupto." O filme se passa em São Francisco, nos Estados Unidos. Mas o fato pode também ser transportado aqui para o Brasil e ele pode também estar acontecendo aqui no Brasil, especialmente também aqui no Paraná. E com esta preocupação e procurando dar a sua contribuição para a melhoria das condições de construção de casas populares neste País é que o Governo, o

Governador Roberto Requião encaminhou a Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Fernando Collor, um dossiê que ele também encaminhou aqui para toda esta Casa, dizendo o seguinte: "Senhor Deputado, passo às suas mãos o documento que encaminhei ao Presidente Collor. A simples comparação dos preços da Caixa Econômica Federal com os preços praticados no mercado, habitações classe A, dão a correta dimensão do que está acontecendo no Paraná". E assim o Governador Roberto Requião encaminhou ao Senhor Presidente da República um dossiê comparativo mostrando os preços das chamadas casas populares que estão sendo construídas aqui no Paraná e mostrando também um comparativo como as casas populares pelo sistema mutirão, construídas pela COHAPAR. Mas a denúncia não é só do Governo, não é só da COHAPAR, não é só do Governador Roberto Requião. É necessário que estas questões sejam trazidas a esta Casa para que a gente possa apurar quem são os culpados. São as empreiteiras? E culpada a Caixa Econômica?

Então, é necessário examinar a questão para que nós possamos aperfeiçoar neste País a construção de casas populares. Eu início lendo aqui, comentando, uma carta datada ainda de 26 de abril de 91, endereçada pelo Sr. Ramon Andres Dória, Presidente do Sindicato da Construção Civil no Paraná, uma carta que ele endereçou ao Sr. Lafaiete Coutinho, então Presidente da Caixa Econômica Federal. E dizia ele: "Sr. Presidente, vimos à presença de V.Sa. transmitir a nossa preocupação e de nossos associados referente aos fatos ocorridos da análise e contratação de obras em nosso Estado, em especial na extinta Superintendência Regional da Caixa em Londrina, com recursos do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, sob a administração dessa instituição. Em dezembro próximo passado, apesar de existirem cerca de onze projetos do programa de cooperativas habitacionais, IBEPE, Plano Empresário Popular, totalizando aproximadamente duas mil e quinhentas unidades de dez empresas distintas, há vários meses analisados e aprovados, aquela Superintendência Regional aprovou o projeto de somente duas empresas que deram entrada para análise e aprovação naquele mesmo mês - dezembro de 90. Portanto, depois que já estavam aprovados onze projetos aguardando a aprovação final". Então em dezembro entraram dois projetos de duas empresas, e imediatamente foram aprovados e centralizados os recursos da Caixa, todos na mão de apenas duas empresas, contrariando aquele princípio de que ao invés de pôr pouco nas mãos de muitos para promover o desenvolvimento econômico e social, a Caixa pôs muito nas mãos de pou-

cos, concentrando na mão de apenas duas empresas, todos os recursos de um ano inteiro do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, como a seguir aqui se verá:

(Lê) "Utilizando a liberalidade do documento nº 140 - alguns desses projetos tiveram seus custos inflacionados em aproximadamente 30% dos preços praticados por nossas empresas associadas (e isto é o Sindicato que está dizendo), ou seja, apartamento de área privativa de 47m², com a utilização de diversos artifícios, foram aprovados com área total de 66m².

Além dos fatos acima citados, as contratações destes projetos deveriam ter sido efetuadas em dezembro de 90, para utilização de verba excedente daquele exercício. Porém, pelo fato de os mesmos não terem sido analisados a tempo, acabaram sendo contratados deste exercício de 91, o que prejudicou duplamente o nosso Estado. Não foi utilizada a verba disponível daquele exercício e comprometeu, na faixa quatro, de 2 mil e 800 VRF, toda a verba disponível para o presente exercício.

Finalizando, diz o Sr. Ramon Dória: "Assim sendo, solicitamos a V. Senhoria, gestões junto ao Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, visando considerar os contratos acima citados como pertencentes ao exercício de 90 para que o Estado do Paraná não fique prejudicado. E ainda, providências para que os fatos ocorridos naquela Superintendência não venham a se repetir, em prejuízo de inúmeras empresas que cumprindo as normas e orientações da Caixa Econômica Federal, de qualquer maneira foram injustiçadas, além de terem os mutuários obras finais com os preços acima dos praticados no mercado".

Então, vejam, é uma denúncia do Presidente do Sindicato da Construção Civil do Estado do Paraná. Ele está dizendo aqui, que nem todas são ruins. Existem empresas construtoras sérias, honestas e boas; mas ele está dizendo aqui que existem aquelas que não cumprem os memoriais descritivos e superdimensionam os preços da habitação popular.

Neste passo vejam os Senhores, foi prejudicada enormemente o Paraná com os recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. E muitas empresas se locupletaram às custas do mutuário final, exagerando os custos e vendendo por preços acima do mercado.

Neste passo, Sr. Presidente e Srs. Deputados, vale lembrar aqui um pensamento do Pai da Economia, Adam Smith, dito há mais de 200 anos atrás: "Os homens de negócios raramente se reúnem sem conspirar contra o consumidor".

Então o que estamos vendo aqui na construção de casas populares, é o consumidor final sendo escorçado, sendo usur-

pado, sendo violentado, sendo castigado no preço final de uma habitação que se chama popular e que poderia, se fosse feito com competência, ser colocada na mão do consumidor final a preços acessíveis para o trabalhador.

Mas, prosseguindo, o "dossiê" encaminhado pelo Governador Roberto Requião ao Sr. Presidente da República, teve origem na COHAPAR. Foi elaborado pelo Secretário da Política Habitacional do Paraná, Luiz Cláudio Romanelli, e que começa a mostrar, além de casos de desperdício e de superfaturamento em obras como Londrina, Paranaguá e Arapongas, mostra também que o Paraná foi grandemente prejudicado com os recursos do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço.

Para que os Senhores tenham uma idéia, comparando com os recursos que vieram ao Paraná e Santa Catarina, durante o ano de 1991. Para o Paraná foram destinados 30 milhões e 400 mil UPR's. Deste total, 26 milhões foram destinados ao setor privado, correspondente a 86% deste total. Ao Governo, à COHAB de Curitiba foram destinados 2 milhões, 914, uma porcentagem de 9,6%. E ao Governo do Estado do Paraná, tão somente 4,4% deste total.

Nada obstante isso, o Governo conseguiu construir, em quantidades de unidades, 10% do total, com 4% apenas dos recursos, construiu 10% do total de unidades, o que mostra uma correta aplicação destes recursos.

Para o Estado de Santa Catarina, foram destinadas 12 bilhões, aproximadamente, de UPR's. Ao setor privado aproximadamente 50%. E ao Governo do Estado, 50%. Então, vejam o quanto o Paraná foi discriminado na vinda destes recursos do FGTS.

Apesar de tudo isso, o Governador Requião implantou, com a aprovação desta Casa, um programa de habitação popular, chamado Mutirão, que é feito em conjunto com as Prefeituras e faz com que o metro quadrado da casa popular do sistema Mutirão feito pelo Governo do Paraná, custe apenas 1/5 do que custam as casas construídas pelas empreiteiras com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Senhores Deputados, isto realmente precisa merecer a atenção de todos nós. Nós temos a responsabilidade de fazer com que certos atendimentos básicos da população como alimentação, habitação, vestuário, transporte, higiene, escola, saúde, elas cheguem ao povo de maneira que o povo possa delas se utilizar, possa ter acesso.

É necessário que este País, que é a 8ª economia do mundo, que é um País economicamente rico, seja também um País socialmente rico.

As casas que o Governo constrói, a

preços do mês de abril, estavam sendo entregues ao mutuário final por 117 mil cruzeiros o metro quadrado. As casas construídas pelas empreiteiras, com recursos do Fundo de Garantia, chegavam a 522 mil cruzeiros, me parece, como estas que foram construídas na Cidade de Arapongas. Nobre Deputado Colombino Grassano, conceda-lhe aparte, neste momento.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Aparte) - O discurso de Vossa Excelência não tem razão de ser, porque nós, como manda o dever de ofício, já recebemos este "dossiê" enviado pelo Senhor Governador do Estado.

O que tem que haver é seriedade na acusação. Não se pode envolver, de qualquer forma, qualquer Prefeitura Municipal. Porque é muito simples construir e não pagar mão-de-obra, não pagar taxas de Previdência Social, não pagar projetos, não fazer a infra-estrutura. O que a COHAPAR faz, ela entrega o dinheiro ao Prefeito Municipal e Prefeitura Municipal executa a obra complementando todos os seus serviços. Eu também estou de acordo com Vossa Excelência, o preço da casa é muito alto, mas é muito alto porque deve estar embutido nesse preço o terreno, a infra-estrutura. Quando na cidade de Foz de Iguaçu, foi construído um núcleo residencial, cujo terreno foi desapropriado pela COHAPAR em Foz do Iguaçu, eu gostaria que Vossa Excelência voltasse à tribuna da Assembleia Legislativa e dissesse o preço final da casa a ser construída no terreno que a COHAPAR comprou em Foz do Iguaçu, e onde deverá fazer toda a infra-estrutura. Então aí Vossa Excelência chegará à conclusão de que construindo-se através de empreiteiras o preço é mais caro.

Agora o que não pode de forma nenhuma é de maneira maliciosa e até mesmo criminosa é querer envolver Prefeitos Municipais e os Municípios que nada têm a ver com as construções dessas casas, cujos núcleos são construídos, o terreno é comprado pela empreiteira, é feita infra-estrutura e depois passa para o mutuário final. De modo que o que deve ficar bem claro: as insinuações malévolas do Senhor Governador do Estado, contra três municípios somente, atinge a dignidade dos Senhores Prefeitos Municipais que nada têm a ver com isso.

Seria o mesmo que responsabilizar hoje o Governador do Estado porque a cesta básica não baixou de preço, apesar de que a Assembleia Legislativa reduziu para 7% o ICMS, sobre a cesta básica; não reduziu de preço e nós estamos contribuindo com 25% de ICMS para telefonia e para combustíveis para que a cesta básica ficasse em condições melhores para o trabalhador.

Então é a mesma responsabilidade, bai-

xamos os impostos, baixamos o ICMS sobre a cesta básica e o preço continua subindo e o Governo não está controlando. De modo que na denúncia que Vossa Excelência faz, acusar empreiteiras ou Caixa Econômica ou quem quer que seja. Mas não levante Senhor Deputado, qualquer dúvida sobre o comportamento de Prefeitos Municipais, principalmente o Prefeito Municipal de Arapongas que é homem sério digno, que tem dado muito exemplo para o Paraná.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado Colombino Grassano, ao que me consta nem eu nem o Governador Roberto Requião, temos todo este relatório, e nenhuma linha faz acusações a Prefeito nenhum. Eu também estou fazendo o meu discurso, eu não levantei nenhuma palha contra Prefeito nenhum, Vossa Excelência que está trazendo aqui.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Não, não é porque maliciosamente se coloca Prefeitos, às Prefeituras de Londrina, Paranguá, de Arapongas, como se somente nesses Municípios fossem feitas casas populares. Eu tenho também Senhor Deputado um dossiê da COHAPAR, onde ele publica uma matéria no Diário Oficial do Estado, envia para esse Deputado uma relação de casas construídas no Paraná, como se fossem com recursos próprios do Governo do Estado e remete para a Caixa Econômica Federal um outro relatório.

São três relatórios distintos e que terei oportunidade de mostrar na Comissão de Constituição e Justiça, quando lá for convocado o Senhor Presidente da COHAPAR.

Três relatórios diferentes, um enviado ao Deputado, o outro enviado ao Diário Oficial para publicação e um terceiro enviado a Caixa Econômica Federal.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu só acho, nobre Deputado que Vossa Excelência, está demorando para resolver essa questão levantada do Diário Oficial. Eu presenciei um debate de Vossa Excelência com o Romanelli aqui dentro desta Assembleia, Vossa Excelência levantou essa mesma questão e Romanelli ficou, ali se entendeu com Vossa Excelência para resolver essa questão.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - E até hoje não recebeu o Deputado representante de Arapongas, para lhe oferecer terreno, para que ele construa as casas com 117 mil cruzeiros, na nossa querida cidade de Arapongas.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Achei até que está demorando. Para não deixar passar despercebido Deputado, eu quero reiterar aqui. Quem levantou suspeitas em cima de

Prefeitos foi Vossa Excelência, no seu aparte, eu não estou levantando contra Prefeito nenhum.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Nem tem direito, nem tem direito.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Vossa Excelência é que veio levantar aqui...

O SR. COLOMBINO GRASSANO - ...As insinuações são contra os Prefeitos Municipais. Vossa Excelência não queira maliciar a verdade.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu não sei de onde Vossa Excelência está tirando essas insinuações, se o Prefeito de Arapongas é um homem sério eu sou a maior testemunha deste fato. Eu fui Prefeito junto com ele, fomos Prefeitos contemporâneos e eu, mais do que ninguém, posso comprovar que ele realmente é um homem sério, não precisa Vossa Excelência vir aqui dizer, nós sabemos disso! E ninguém está dizendo de Prefeito, estamos dizendo que os recursos da Caixa Econômica estão mal chegados ao seu final.

Vossa Excelência diz que comprou os terrenos, nem sempre, eu tenho aqui, em mãos, uma Lei do Município de Centenário do Sul, doando o terreno e mesmo assim as casas chegam ao preço final muito caro para o mutuário.

Mas, só para arrematar, também de Arapongas, veja, nobre Deputado Colombino Grassano, eu não sei se Vossa Excelência tem conhecimento, mas eu tenho fotografias aqui de conjuntos habitacionais construídos em Arapongas, Conjunto Jardim Flamingo III, conjunto construído pela SOCOFER, Empreendimentos Imobiliários Ltda., com 499 unidades, cada qual com área de 20,33 metros quadrados, sem forro interno a um custo unitário de Cr\$ 10.200.000,00, ou seja, 502.903,00 o metro quadrado, casas cobertas com Eternit, sem forro, sem nada! Eu pergunto a Vossa Excelência, isso não é desumano?

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Eu acho que é caro, Deputado, a casa é cara, e reafirmo a Vossa Excelência, Vossa Excelência está desviando, a casa é cara, a empreiteira comprou o terreno e fez a infraestrutura, tem que custar mais caro que a casa da COHAPAR, da COHAB, de quem quer que seja. Eu também estou achando que a casa é cara, eu não estou querendo defender nem empreiteira nem Caixa Econômica Federal.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Então os recursos do Fundo de Garantia, ao invés da gente comprar terreno e empreitar obras,

porque nós não direcionamos para as Prefeituras construírem que elas constroem pelo sistema mutirão e sai mais barato? É isso Deputado que nós temos que discutir aqui.

Concedo o aparte ao nobre Deputado Fregonese, e quero dizer nobre Deputado Lourenço Fregonese, estou vendo que Vossa Excelência está aí com dois metros de papel, mas eu quero dizer que lá em Paranaquã também tem um conjunto construído a preços bastante elevados. Mas, venha de lá.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Conjunto Prefeito Comineze, para facilitar a sua procura. Eu só gostaria, não defendo nem a Caixa Econômica, muito menos as empreiteiras desse Estado, acho que a casa no Paraná e no Brasil sai muito cara, acho que a casa do Sistema Nacional de Habitação, nesse País, está se tornando inviável, ninguém tem mais condição de pagar, a política de habitação que hoje existe em nosso País. Só que há alguns dias atrás nós tivemos uma discussão, em Plenário, e eu recebi um dossiê, como todos os outros Deputados, do Governador Requião. Imediatamente eu procurei entrar em contato com a Caixa Econômica Federal, em Brasília, e recebi a resposta a todas as questões de preços. Depois eu lhe passarei, no seu Gabinete, para o Senhor ver que o Governador está, ou mal informado, ou mentindo à população do Paraná, no que se refere a preço final de casa, conforme documento da Caixa Econômica Federal, de Brasília.

Gostaria também de dizer que este problema de concorrência é um problema sério, porque o Senhor no começo de seu pronunciamento disse que somente duas ou três empresas foram beneficiadas. Mas se o Senhor ver o levantamento do DECOM, o Senhor vai ver que 58% das obras de reparos, feitas no Paraná, são para uma mesma empresa de uma pessoa ligada ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro. Também eu diria ao Senhor que as coisas não podem ser levadas assim, como o Governador Roberto Requião tem levado, sem poder afirmar nem provar, como aconteceu em Paranaquã nesses dias, aonde o Governador admitiu que o Porto de Paranaquã é uma porcaria, palavras dele e eu provo aqui a hora que for preciso com uma fita gravada do Senhor Governador; e digo mais...

O SR. OSWALDO TREVISAN - O Porto de Paranaquã é especialidade de Vossa Excelência? Todas as vezes Vossa Excelência vai ter que pôr o Porto aí.

O Sr. Lourenço Fregonese - Graças a Deus, eu defendo a minha região. E lhe digo mais, se eu não me engano, o senhor já foi

Presidente, Diretor da BANESTADO Crédito Imobiliário, e eu não me lembro do Senhor ter financiado nenhuma casa popular neste Estado do Paraná. E olha, lhe digo mais, a fala ao discurso está ficando fácil, agora eu quero ver provar. O político está sendo pichado neste Estado e neste País, porque não está conseguindo provar; agora, o que eu falo, eu provo. Por isso, Deputado, eu gostaria que quando o Senhor usasse a tribuna, usasse, porque o Senhor é um Deputado que admiro muito, usasse com mais responsabilidade, porque o Governador Roberto Requião tem infelizmente, por problema de assessoria, ou por problema "hormonal", eu não sei, tem cometido erros graves em relação ao que está espalhando à imprensa nacional e à imprensa do Paraná. E por isso que nós estamos preocupados, estamos preocupados com o Estado do Paraná e estamos preocupados com o Brasil, e estamos mais preocupados com os mutuários, só que nós questionamos as casas populares e só aqui em Curitiba existem cinquenta e uma mil famílias esperando a oportunidade de ter uma casa de vinte e cinco metros quadrados. O Senhor veja a situação que este País se encontra. Por isso, eu farei questão de lhe mandar, ao seu gabinete, não lerei aqui a contra-resposta da Caixa Econômica para que o Senhor faça a sua avaliação e depois nós venhamos aqui debater para que todo o Paraná fique sabendo. Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Nobre Deputado Fregonese, isso que é aparte, o resto é prosa, é um discurso paralelo como todas as vezes Vossa Excelência traz. Mas Vossa Excelência às vezes é meio violento nos seus apartes. Vossa Excelência diz para quando eu vir aqui na tribuna não ser irresponsável, eu acho que eu não estou sendo irresponsável, eu estou agindo com responsabilidade, eu estou trazendo comprovantes...

O SR. LOURENÇO FREGONESE - Desculpe Deputado, não seja usada então, a palavra mais correta.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Agora, quando Vossa Excelência vem falar em prova, eu devo dizer a Vossa Excelência o seguinte: há um princípio de direito que diz o seguinte: "O ônus da prova incumbe a quem alega". Eu estou trazendo os meus fatos aqui, estou documentando com fotografias, com cartas do sindicato da construção civil no Paraná. Agora, Vossa Excelência para me contestar, tem que trazer realmente alguma prova. Então, neste caso é Vossa Excelência que tem que trazer as suas provas, porque as minhas já estão aqui.

Rapidamente respondendo a Vossa Exce-

lência, com respeito ao Departamento de Construção do Estado, ao DECOM, que Vossa Excelência diz que 58 empresas pegaram obras ali. Há uma diferença, nobre Deputado, entre as obras entregues para aquelas duas empreiteiras e ao DECOM. No DECOM, essas empresas pegaram as obras mediante uma concorrência pública, mediante uma licitação pública, não foi direcionado, foi concorrência pública.

Eu tenho que responder mais a Vossa Excelência o seguinte: Diz Vossa Excelência que eu, quando diretor do Banco do Estado, não financiei nada. Na verdade eu quero dizer a Vossa Excelência, não financiei porque o Banco do Estado já está com a sua quota de financiamento totalmente atendida. Nós temos hoje, trinta e três mil mutuários neste Estado, o Banco do Estado do Paraná é o segundo maior banco de crédito imobiliário deste País; e como todos os recursos já estavam aplicados, eu não tinha como operar, e notadamente, porque o Governo que Vossa Excelência defende, confiscou a poupança de todo o povo brasileiro. E confiscou a poupança que estava lá no banco e que poderia emprestar para construir casas populares e é por esta razão que nós não emprestamos, que nós não fizemos financiamento.

O SR. CEZAR SILVESTRI - Eu, como engenheiro, um assunto que eu conheço é a questão da habitação popular. Eu acredito que a questão que todos os Parlamentares desta Casa devem levantar seria a forma como esses recursos são liberados. Acho que de nada adianta querermos culpar a Caixa Econômica, que a Caixa facilmente se defende. No momento que ela coloca o custo do terreno, o custo da infra-estrutura, logicamente transferindo isso ao metro quadrado, o custo da Caixa Econômica será bem maior do que o custo que a COHAPAR está fazendo e o que as Prefeituras estão fazendo com recursos próprios.

Nós tivemos esta experiência em Guaruapuava onde fizemos casas com recursos próprios, logicamente levando toda a infra-estrutura, a casa fica por menos da metade do custo da Caixa Econômica. Mas a Caixa Econômica se defende com toda a facilidade desses custos. O que nós todos devemos levantar, e inclusive questionar é a maneira que esses recursos são liberados. Nós temos que questionar o Ministério da Ação Social, por que ele não libera recursos para a Prefeitura fazer projeto próprio e como não libera o Governo do Estado. Essa é a questão.

De nada adianta querermos atacar Prefeitos que construíram, onde houve construções de casas pela Caixa Econômica, porque isso qualquer empreiteira pode construir em qualquer município. Não há

prefeito que possa impedir isso. Então o fato de estar sendo construído um núcleo no município, o Prefeito não pode ser culpado por isso. O que todos nós devemos fazer, é um voto de repúdio ao Ministério da Ação Social, da forma que esses recursos são liberados. Acho também que vale um voto de repúdio na retirada do Secretário de Habitação...

O SR. OSWALDO TREVISAN - O nobre Deputado tem razão. E nós não estamos aqui também culpando Caixa, culpando Prefeito. Estamos trabalhando para debater nesta Casa esta questão e para encontrar também sugestões como esta que faz Vossa Excelência, que os recursos do Fundo de Garantia, ao invés de serem repassados às empreiteiras, que sejam diretamente às Prefeituras, igual ao que está fazendo o Governo do Paraná pelo Sistema Mutirão.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Horário da Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Trevisan pelo brilhante pronunciamento de hoje, e dizer realmente que nos preocupa essa questão ligada aos repasses dos recursos da Caixa Econômica diretamente às empreiteiras. Nós estivemos durante quatro dias percorrendo o interior do Paraná, na companhia do Secretário e Vice-Governador Mário Pereira, e pudemos, em algumas localidades, ser informados por pessoas que estão residindo nas casas construídas através dos recursos da Caixa Econômica Federal, as famosas casas de 27 metros, alguns receberam carnês para pagamento da prestação, agora, a partir de maio, no valor de 353 mil, e segundo nos informou o Senhor Roberto, lá da Cidade de Umuarama, que está liderando movimentos em todo o Estado do Paraná no que diz respeito às construções dessas moradias, inclusive esteve no Estado de São Paulo, em São Bernardo do Campo, onde participou de um movimento com cerca de 5 mil pessoas e lá em Umuarama já apareceu um carnê com prestação superior a 800 mil cruzeiros. Então, realmente é preocupante, porque, prestação nesse valor, não é moradia popular.

Mas ocupamos a tribuna para, no Horário da Liderança do PMDB, dizer da satisfação que temos de nesta semana comparecer a esta tribuna e quero crer, nos manifestarmos em nome dos Deputados: Arlindo Troian, Nelson García, Kielse, Neivo, Manfrinato, Nilton Barbosa, que representam na Assembléia Legislativa, a região Noroeste do Estado do Paraná. Dizer da sa-

tisfação que tivemos de tomar conhecimento e participar das ações primeiras desenvolvidas e desencadeadas pelo nosso Vice-Governador - Secretário dos Transportes, Mário Pereira, no que diz respeito a uma pronta solução dos problemas ocorridos na Região Noroeste do Paraná, fruto das intensas chuvas que caíram no Estado e principalmente naquela região. Todos nós sabemos que os problemas oriundos das chuvas foram em todos os municípios do nosso Estado, mas é evidente, e todos nós conhecemos um pouco da problemática que envolve o solo paranaense, sabemos que os efeitos danosos da chuva sempre são piores na região do arenito Caiuá. E o Governador Roberto Requião, de pronto, determinou ao Secretário Mário Pereira que tomasse providências junto com os técnicos, com os engenheiros do DER. O Secretário Mário Pereira organizou e desencadeou aquilo que denominou de "Operação Noroeste", onde cerca de trezentas máquinas e equipamentos do Estado, mais equipamentos das Prefeituras, mais de mil homens e recursos superiores a três bilhões de cruzeiros estarão sendo investidos nos próximos dias para sanar o mais rapidamente possível os problemas graves que ocorreram naquela região.

É uma demonstração de que o Governo do Estado, através do Governador Roberto Requião, está sensível aos graves problemas que o Paraná enfrenta. E é neste momento que o Governador tem que tomar uma atitude discricionária, como a gente poderia chamar, caracterizando a excepcionalidade do fato, porque problemas temos todos nós, nós do Vale do Ivaí que estamos na região terra-roxa também sofremos os nossos problemas, mas com toda certeza, os problemas da região Noroeste são bem mais graves do que aqueles que estão sendo vividos pelos nossos irmãos Prefeitos, irmãos moradores também do Vale do Ivaí.

Por esta razão é que neste momento cumprimos o Governador Roberto Requião e, principalmente, o nosso Vice-Governador, Secretário dos Transportes, Mário Pereira e toda a sua equipe pela iniciativa arrojada, pelo pronto atendimento e pelo início imediato da operação, tão logo se constatarem e se levantaram os graves problemas lá existentes. Como eu disse, mais de trezentos equipamentos do Estado: moto-niveladora, pá-carregadeira, retro-cavadeira, tratores de esteira, caminhões e mais de mil homens e mais de três bilhões de cruzeiros em recursos serão investidos nessa operação Noroeste, que pretende, num prazo recorde, de vinte a trinta dias, colocar em condições de trafegabilidade as rodovias daquela região.

Um outro assunto, Senhor Presidente e

Senhores Deputados, que nos faz comparecer à tribuna é dizer que o Governo do Estado continua no seu trabalho de apoio junto aos municípios paranaenses, independente de qual seja o Prefeito e a qual partido ele esteja filiado. No dia de amanhã, por volta das dezessete horas, o Governador estará na cidade de Londrina, assinando convênios do Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano na ordem de vinte e nove bilhões de cruzeiros em cerca de cem municípios no Estado do Paraná. É uma parceria que se estabelece também com os municípios do Estado do Paraná; a exemplo daquela que se pretende também realizar com a FUNDEPAR, que nesta semana, na quarta e na quinta-feira estará firmando convênios com os municípios paranaenses com cerca de cento e vinte municípios do Paraná, liberando recursos da ordem de quatro bilhões de cruzeiros, para obras de reconstruções, reformas em geral nas escolas paranaenses. Demonstra, com isso, o Governador que adotou, realmente, prioridade a parceria com os municípios. É a parceria que ocorre com a operação Noroeste, onde máquinas do Estado e dos municípios, onde trabalhadores do Estado e dos municípios serão utilizados para recuperar a malha rodoviária, como é o caso do PEDU e como é o caso dos recursos que serão liberados através da FUNDEPAR para melhorar as condições das escolas paranaenses.

É desta forma que pretende o Governo do Estado continuar trabalhando; é desta forma que queremos ver os municípios do Paraná trabalhando...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Orlando Pessuti?

(Assentimento).

Apenas quero parabenizá-lo e endossar, ao mesmo tempo, as suas palavras com relação ao apoio pelo Governador Roberto Requião, através do Senhor Secretário dos Transportes, Vice-Governador do Paraná, Dr. Mário Pereira, e a quem quero também constatar e testemunhar do trabalho desenvolvido pelo Deputado Nelson Garcia, da região de Umuarama, o Deputado Nilton Barbosa, o Deputado Cleiton e o Deputado Basílio Zanusso.

Pelo entrosamento dos Deputados da Região Noroeste, o Governador nos concedeu uma audiência e levamos ao Governador a apreensão que estavam os prefeitos, que ligavam aos gabinetes dos nossos Deputados aqui de Curitiba, pedindo apoio ao Governo do Estado e nós queremos agradecer a atenção do Governo que através da pessoa do Vice-Governador, Dr. Mário Pereira em Umuarama, o atendimento que deu na região Noroeste do Estado.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Nós é que agradecemos e com vossa permissão Sr. Presidente, queremos também registrar nesta oportunidade que nos últimos dias 06, 07 e 08 junto com o Vice-Governador Mário Pereira, com os Deputados Toti Colaço, Durval Amaral, Basílio Zanusso, percorreu cerca de 21 municípios do Estado do Paraná, firmando convênios para pavimentação com pedras irregulares e liberando aos municípios recursos na ordem de nove bilhões de cruzeiros para obras de interesse realmente de cada um dos municípios que foram visitados.

Junto com o Deputado Basílio Zanusso estivemos no Município de Uniflor e com os Deputados Durval e Toti, estivemos em outros 20 municípios acompanhando o Vice-Governador Mário Pereira, que neste ato também, através da recomendação do Governador Roberto Requião estabeleceu uma parceria com os municípios visitados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PSDB.
Com a palavra o Deputado Antônio Annibelli.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Foi aprovado pelo Plenário desta Casa um requerimento há 15 dias atrás, no sentido de que uma comissão de Parlamentares de vários partidos que compõem esta Casa, fosse à Brasília para, em audiência com o Senhor Ministro dos Transportes, Senador Affonso Camargo, soubéssemos das razões e das decisões do Governo Federal quanto às rodovias federais que cortam este Estado e para lá nos deslocamos na semana passada, em companhia dos Deputados Nelson Justus, Heinz Herwig, Ademar Traiano e Cleiton Kielse, para, em audiência com o Ministro, fossemos informados da real situação do Governo Federal a nível de estradas e fomos muito bem recebidos pelo Ministro, pessoa educada, competente, que nos recebeu na quinta-feira, às oito e meia da manhã, em companhia do Senador José Eduardo, que foi convidado pelo Deputado Traiano e que nos honrou com sua companhia, para lá ouvirmos de viva voz do Senhor Ministro aquilo que realmente ele pensa, porque nós aqui do Paraná temos sido, digo, tem sido feita a cabeça dos paranaenses através de notas na imprensa e de discursos muitas vezes dos Deputados que querem ser o pai da criança, dizendo coisas que cada vez deixam a gente mais preocupado e pensando muito mal do Governo Federal.

E o Ministro que esteve reunido com os Secretários de Transportes de outros Estados, com diretores do DER, disse da real situação do seu Ministério, que não tem

dinheiro, o País não tem dinheiro, mas que estaria viabilizando junto ao Presidente, que estava sensibilizado das necessidades de fazer um tapa buracos de imediato nas rodovias federais do Brasil inteiro, principalmente aqui no Paraná, onde o Ministro, com muita competência, vem procurando trazer benefícios para o nosso Estado. Cada um fez suas reivindicações, pedimos em nome desta Casa para que o Ministro atendesse o Paraná, fazendo ver a ele como político da sua reeleição para Senador, dos benefícios de voto que ele teve aqui, por ter feito obras no Paraná.

E o Ministro, inteligentemente concordou conosco, que se não fizer obras no Paraná, ele não poderá ser candidato a nada. Isso faz com que a sensibilidade do político no Governo traga benefícios ao nosso Estado e esta Casa tinha que tomar esta iniciativa, porque não queremos ouvir falar dos Deputados Federais que votaram contra salário do trabalhador, ficam fazendo o seu lobby pessoal na Câmara dos Deputados e nós iríamos, em nome de todos os Partidos desta Casa, fazer coisa séria, porque senão amanhã, nós, qualquer um de nós dos 54 Deputados poderíamos ser até difamados por não tomarmos uma iniciativa em nome do Estado do Paraná.

Fala-se que o Governador Roberto Requião está brigado com Governo, que o Paraná tem dívida, o DER teria dívida e por isso não poderia vir verbas, alocar verbas para que novas estradas fossem conveniadas ou iniciadas no Paraná. O Ministro disse que tudo é conversa, que para tudo se dá jeito, que o Paraná é um Estado, um dos maiores produtores de grãos deste País e não é por briga de Deputado, de Governador, que cada um quer ser o pai da criança, que o Paraná deixaria de ser atendido.

Eu acho que esta Assembléia esteve bem representada, procuramos em nome de todos, cada um reivindicando para as nossas regiões, o Deputado Kielse...

O Sr. Eurides Moura - Concede-me um aparte, nobre Deputado? (Assentimento).

Apenas para congratular-me com a Comissão que esteve em Brasília e no mesmo tempo em que agradecemos o Senhor Presidente desta Casa, porque atendendo o nosso Requerimento esta Comissão foi à Brasília e com certeza conquistou alguma coisa de importante para o nosso Estado. Então queremos apenas congratularmos pessoalmente com este acontecimento que sabemos de importância para o Estado do Paraná, sobretudo no que diz respeito a obras rodoviárias federais. Muito obrigado.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI - Eu agradeço a Vossa Excelência. E o Deputado Kielse pedia a estrada da Ribeira, nós pedíamos o

recapeamento da BR-476, o Deputado Heinz, profundo conhecedor dos problemas, não só da Secretaria dos Transportes do Paraná, mas também do Ministério, reivindica, as suas origens o Deputado Nelson Justus, apelava para o nosso Paraná inteiro. Enfim, todos nós queríamos alguma coisa para o nosso Estado e eu acho que, o Deputado Traiano defendendo o seu sudoeste, enfim nós obtivemos do Ministro, que inclusive ele nos confidenciou que o próprio Presidente da República pediu a ele que não esquecesse a duplicação da BR-116, ligação Curitiba/São Paulo, eu acho que talvez a estrada mais importante deste País é a duplicação, a conclusão da duplicação da BR-116.

A estrada Garuva/Curitiba estará nos planos, não sei se de imediato, porque de imediato é o Tapa Buraco em todas as rodovias federais, mas ele disse que tem grande interesse e que irá arrumar recursos e dinheiro para que esta estrada também seja duplicada o corredor da morte.

Nós pedimos a ponte de Guaíra, ele nos adiantou que seria a ponte de Foz de Iguaçu ao Paraguai será repassada a iniciativa privada, nos disse que existe interesse do Governo Federal para que estradas novas, se houver interesse de empresas privadas, o Governo terá grande interesse em fazê-las, como fazer ponte, foi reivindicada uma ponte sobre o Rio Iguaçu e São Mateus do Sul, cabe a iniciativa privada.

Eu acho que é um novo tempo, eu acho que o Paraná está de parabéns com o Ministro Affonso Camargo que é um homem sério, competente e que honra este Paraná. Eu acho que a nossa Comissão representou bem esta Casa e é uma vitória de todos os Deputados que compõem este Legislativo.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PTB com a palavra.

(Declina).

PT com a palavra. Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados, somente gostaria de informar a esta Casa, como já justifiquei à Mesa na última quinta-feira quando aqui estive ausente por estar a serviço da Comissão Especial Parlamentar que esteve no final da legislatura passada no Município de Pinhão apurando ou levantando dados sobre a violência denunciada na época pela imprensa do Paraná que aqui também apresentamos esse relatório.

Provavelmente, durante a semana quero me manifestar a esta Casa a respeito da minha visita a autoridades municipais e aos órgãos e entidades daquele município a respeito do nosso trabalho.

Queremos, também, no horário de Lideranças do nosso Partido nos somar às preocupações e às denúncias levantadas aqui, no Pequeno Expediente, pelo Deputado Paulo Maia, quando se referia aos acidentes com bôias-frias no Estado do Paraná.

E do conhecimento dos Senhores Deputados que, por volta do mês de maio do ano passado, há aproximadamente um ano atrás, nesta Casa se debateu, fizeram vários pronunciamentos a respeito daquele decreto que o Governador Roberto Requião estaria para revogar, decreto este do Governo anterior, e que obrigava os senhores fazendeiros, os senhores proprietários de terras do nosso Estado a transportar com segurança e com dignidade os trabalhadores que vão para suas fazendas produzir as suas riquezas.

Aqui nos pronunciamos na época defendendo aquele decreto e nos manifestando contra o decreto do Governador Roberto Requião que revogou o decreto anterior e este decreto do Governador Requião, nº 451, diz o seguinte:

(Lê).

"Ficam revogados os Decretos nºs 7.303 de 25 de setembro de 1990 e 7.588 de 1º de janeiro de 1991. Este Decreto entrará em vigor na data da publicação". O mesmo foi publicado no dia 31 de maio do ano passado, quando aqui se debatia esse assunto. Este Decreto é assinado pelo Governador Requião, pelo Secretário de Estado dos Transportes, pelo Chefe da Casa Civil, pelo Secretário de Segurança do Estado e ainda, pelo Secretário de Estado da Fazenda.

Lamentavelmente, pudemos ver e ouvir da televisão e ao mesmo tempo na imprensa nesse último final de semana esses hediondos acidentes ocorridos no Norte do Paraná e que ocorrem em outras regiões, como dizia aqui o Deputado Paulo Maia, e que poucas ou nenhuma providência aqui se toma a respeito disso. Um caminhão transportava 40 pessoas, quando, em alta velocidade, desgovernou-se, matando 10, ferindo 30, não saiu ninguém sem um ferimento nesse acidente. E dos 30 hospitalizados, a imprensa nos conta que 13 estão em estado grave, além de 10 mortos.

Por incrível ainda, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o caminhão não atendia as especificações mínimas para o transporte de pessoas. E ainda o motorista não estava habilitado para dirigir o caminhão.

Esta responsabilidade, Senhor Presidente, Senhores Deputados, esses assassinos devem ser chamados a público. Eu digo assassinos porque as pessoas que colocam trabalhadores em cima de caminhões desta forma, para irem produzir suas riquezas, sem nenhuma segurança correndo o risco de, como estas 10 famílias sem pai, desassis-

tidas, passando fome e miséria, e já é uma desgraça viver como bôia-fria, esse dono do caminhão, esse proprietário deveriam parar na cadeia pelo resto da vida para pagar esse crime.

Eu não quero acusar ninguém, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mas eu quero chamar a responsabilidade aqui daqueles Senhores Deputados que aqui nesta Casa defendiam os fazendeiros naqueles debates, e que acatavam e aceitavam desculpas esfarrapadas de que um fazendeiro não podia comprar um ônibus para transportar pessoas para produzirem as suas riquezas, enquanto vimos aqui a imprensa publicar e o Deputado Maia citando, quando um fazendeiro se dispunha a comprar um ônibus para transportar vacas, para transportar porcos e animais.

Neste País, este capitalismo selvagem e explorador em que nós vivemos, não se pode concordar com este tipo de sociedade que está aí! E eu queria chamar, como eu estava dizendo, a responsabilidade daqueles que aqui, conjuntamente com estes bandidos, eu diria, fizeram pressão ao Senhor Governador para que revogasse este Decreto, e que isto inviabilizaria os proprietários de terras para produzirem, em nosso Estado!

Agora sim, eu gostaria que os Senhores Deputados que aqui defenderam aquela revogação de Decreto, eu gostaria também de que aqui o Senhor Governador, o Senhor Mário Pereira, o Senhor Caíto Quintana, o Senhor José Moacyr Favetti, o Senhor Heron Arzua, estivessem lá para assistir e para ver um desastre desta natureza, por irresponsabilidade, por pessoas que não vêm o ser humano com dignidade, como uma pessoa que tem sentimentos, que precisa sobreviver. E se submetem trabalhadores rurais no nosso Estado a este tipo de vexame, a este tipo de... eu diria... nem há o que dizer de um tipo de escravidão como esta como se submetem os trabalhadores bôias-frias do nosso Estado.

O Sr. Erondy Silvério - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Se o Presidente me conceder mais tempo, eu lhe concedo o aparte.

O Sr. Erondy Silvério (Aparte) - Apenas para que V.Exa. cite nominalmente os Deputados que incrimina aí, de assassinos de bôias-frias. V.Exa. faz uma acusação generalizada e isto não é o correto. V.Exa. deveria dizer: o Deputado Fulano de tal, Deputado Ciclano, Deputado Beltrano. Isso é o que V.Exa. deveria dizer!

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - V.Exa. não ou-

viu o meu pronunciamento, Deputado Erondy. Não ouviu!

O Sr. Erondy Silvério - Eu ouvi muito bem quando...

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu citei os fazendeiros assassinos...

O Sr. Erondy Silvério - V.Exa. citou Deputados sem dizer os nomes!

O SR. OVIDIO CONSTANTINO: Senhor Deputado, eu já lhe dei o aparte e eu estou com a palavra! Eu disse que os fazendeiros assassinos que cometem um crime destes deveriam pagar este crime!
(Discussão).

V.Exa. não está com a palavra!

Senhor Presidente, eu solicito garantia da palavra, Senhor Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Para concluir, Senhor Presidente.

Eu disse que devo chamar e chamo à corresponsabilidade por estes fatos aqueles que aqui defenderam os fazendeiros. Isso eu falei! V.Exa. solicite as notas taquigráficas e procure! E só o Senhor procurar o Diário da Assembléia! Eu tenho certeza de que aqui, Senhor Presidente, no mês de maio do ano passado, quando aqui debatíamos este assunto, o Diário da Assembléia...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 417/92, subscrito pelo Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de falta na Sessão Plenária do dia 11 do corrente mês. A Diretoria Legislativa.

Ofício nº 55/92, subscrito pela Sra. Deputada Emília Belinati, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias no período de 11 a 13 do corrente mês, em virtude de participação do encontro Parlamentar sobre "Democracia e Saúde" em Brasília. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, comunicando sua ausência nas Sessões Plenárias dos dias 11, 12, 13 e 14 do corrente mês, em função de tratamento mé-

dico. A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Cezar Silvestri, devidamente apoiado, constante do expediente A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria de Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 158/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que proíbe a distribuição, comercialização e a utilização de combustíveis automotivos aos quais tenha sido adicionado o metanol (álcool metílico). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.E.M.A., S.P. e C.O.P.T.C. SUBSTITUTIVO GERAL da C.E.M.A., por unanimidade. Aprovado o Substitutivo Geral, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza a integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Curitiba. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., EMENDA da C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado o Projeto, artigo por artigo.

Emenda: Aprovada.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 071/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública e Academia Universal "Arte e Profissão", com sede na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Publ. no D.A. nº 19, de 14.03.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 071/91

AUTOR: Deputado Djalma de Almeida César

P A R E C E R:

I. O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa declarar de Utilidade Pública a Academia Universal "Arte e Profissão", com sede e foro no Município de Ponta Grossa.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei nº 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

III. Assim sendo, esta Relatora não

encontra óbice constitucional, legal ou regimental, motivo pelo qual opinamos pela tramitação normal do presente nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Em votação:

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

Estamos em 1ª discussão deste Projeto, e queremos votar contrariamente, justificando que não nos constam informações necessárias para votarmos favoravelmente esta matéria, para declarar de utilidade pública a Academia Universal Arte e Profissão.

Aparenta-nos que é uma escola particular, entendendo que a declaração de Utilidade Pública credencia as entidades assim declaradas a receberem recursos públicos.

Desta forma, como somos contrários ao ensino, ou melhor, ao repasse de recursos públicos para ensino particular, escolas particulares; se isto for a verdade, e não nos consta aqui a prova em contrário, encaminhamos e votamos contrários a esta matéria.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto, conservem-se como estão.

Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 019/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí, com sede e foro na localidade de Carambeí, Distrito de Carambeí, município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 04, de 19.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 019/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Domingos de Carvalho, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção ao Excepcional de Carambeí, com sede e foro na localidade de Carambeí, Distrito de Carambeí, Município de Castro.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, observa-se que foi cumprida a diligência solicitada através de requerimento anterior do Deputado José

Tavares.

Por estas razões opinamos favoravelmente à tramitação do presente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 085/92, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública a Fundação Pró-Hansen, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 29, de 07.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 85/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Algaci Túlio, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe que visa declarar de Utilidade Pública a Fundação Pró-Hansen, com sede e foro no Município de Curitiba.

O Projeto está elaborado de conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma atende as especificações contidas na Lei nº 6.994, que dispõe sobre as normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, manifesto-me favoravelmente à tramitação do projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 087/92, de autoria do Deputado João Preis, que concede o Título de Cidadão Bemérito do Estado do Paraná, ao Desembargador Luiz Renato Pedroso. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Publ. no D.A. nº 31, de 08.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 087/92

AUTOR: Deputado João Preis.

P A R E C E R:

I - O nobre Parlamentar propõe Projeto de Lei, que visa conceder título de cidadania benemerita do Paraná, ao Desembargador Luiz Renato Pedroso.

II - Da análise do presente, encontramos de acordo com as normas estabeleci-

das pela Lei nº 5.638, de 13 de setembro de 1.967, que dispõe sobre as condições essenciais para a concessão de benemerência ou cidadania honorária paranaense.

III - Diante do exposto, não encontramos óbices para a tramitação do presente nesta Casa de Leis.

Parecer favorável, pela aprovação.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

Em votação.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)
- Senhor Presidente.

Quero registrar também nosso voto contrário nesse Projeto, por entendermos que as funções públicas de qualquer pessoa, de qualquer um dos poderes públicos constituídos, não é nada mais do que, no nosso entendimento, uma obrigação de todos os que estão designados para essas funções, nada de excepcional há para nós e de benemérito a nisso, portanto entendemos que não nos parece correto votar favoravelmente, por isso registramos o nosso voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputados que aprovam o Projeto.
Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/92, de autoria do Deputado ARLINDO TROIAN, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS-APAE, do município de Santa Izabel do Ivaí, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 33, de 09.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 091/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Arlindo Troian, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, do Município de Santa Izabel do Ivaí.

Analisando-se sob o aspecto regimental, o presente está elaborado de conformidade com as disposições regimentais desta Casa de Leis, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende as especificações contidas na Lei nº 6.994, que dispõe acerca das normas para declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental e legal, opinamos favoravelmente à tramitação do mes-

mo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

PLAUTO MIRO GUIMARÃES

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 092/92, de autoria do Deputado DIRCEU S. MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA PALMEIRINHA, do município de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 35, de 13.04.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 092/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dirceu S. Manfrinato, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que visa declarar de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Palmeirinha, no Município de Ponta Grossa.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta Casa, estando devidamente justificado.

Da mesma forma, atende as especificações contidas na Lei nº 6.994, que dispõe sobre os requisitos para a declaração de Utilidade Pública.

Por estas razões opinamos favoravelmente à tramitação do referido projeto.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05.05.92.

(aa) ERONDY SILVERIO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa, requerimento de nº 610, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 621, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 617, de autoria do Senhor Deputado Arlindo Troian, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 620, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimentos de nºs 611 e 612, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- Aprovados. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 614, de autoria do

Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 615, de autoria do Senhor Deputado Ovídio Constantino constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 622, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Cleiton Kielse, Paulo Maia e Cezar Silvestri, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 623, de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de nº 624, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca de Macedo, constante do expediente.- Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 158, 525/91.

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 019/92, 071/92, 085, 087, 091 e 092/92.

Marca ainda, para logo após a término da Sessão Ordinária, uma Sessão Extraordinária, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 057, 058, 059, 061, 065 e 069/89.

Levanta-se a sessão.

ERRATA

No D.A. nº 49, de 30.04.92, págs. 28 e 31, onde se lê:

EMÍLIA BELINATI - Presidente da Comissão de Educação e Cultura,
leia-se ALCEU SWAROWSKI.